



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

AVISO

Abertura de Concurso interno de acesso limitado para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de Especialista de Informática do grau 2, nível 1, da carreira de regime especial e não revista de Especialista de Informática

1. Torna-se público que, no seguimento da deliberação da Câmara Municipal de 4 de dezembro de 2018 e conforme o meu despacho de 12 de junho de 2019, e em cumprimento com o disposto no n.º 2, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 /06, se encontra aberto pelo prazo de 5 dias úteis o Concurso interno de acesso limitado para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de Especialista de Informática do Grau 2, Nível 1, da Carreira de regime especial e não revista de Especialista de Informática, previsto no Mapa de Pessoal e adstrito à Divisão de Desenvolvimento Estratégico – Núcleo de Informática.
2. Legislação aplicável: Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho; Decreto-Lei n.º 97/2001 de 26 de março, Portaria n.º 358/2002 de 3 de abril.
3. Prazo de candidatura: 5 dias úteis, contados da data da respetiva afixação do presente aviso nos locais a que tenham acesso os trabalhadores que reúnam as condições de admissão, nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 32.º, do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de julho.
4. Prazo de validade: O concurso interno de acesso limitado é válido para o lugar posto a concurso, caducando com o seu preenchimento, nos termos do n.º 4, do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de julho.
5. Caracterização do posto de trabalho: O posto de trabalho a preencher enquadra-se no exercício de funções, tanto de conceção como de aplicação, em qualquer uma das áreas funcionais a que se refere o artigo 2.º, da Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril da Carreira de Especialista de Informática, conforme consta do anexo ao Mapa de Pessoal referente à caraterização dos postos de trabalho, bem como do Plano Anual de Recrutamento aprovado.
6. Local de trabalho: Na área da Câmara Municipal do Cadaval.

www.cm-cadaval.pt



7. Requisitos de Admissão:

7.1 Requisitos Gerais: São requisitos gerais os referidos no n.º 2, do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de julho.

7.2 Requisitos especiais: O recrutamento para as categorias de acesso da carreira de especialista de informática do grau 2, nível 1, é alargado aos técnicos de informática do grau 2, nível 2, com cinco anos de serviço na categoria classificados de Muito bom ou oito anos classificados de Bom, habilitados, no mínimo, com curso superior no domínio da informática que não confira o grau de licenciatura ou, ainda, curso superior adequado que não confira o grau de licenciatura, e formação complementar em área específica de informática, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 8.º, da Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

8. Remuneração e condições de trabalho: O posicionamento remuneratório é determinado nos termos do disposto no mapa I a que se refere o n.º 1 do artigo 8 do Decreto-Lei 97/2001, de 26 de março, correspondente à categoria e as condições de trabalho as genericamente vigentes para a administração local.

9. Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, enviado por correio registado com aviso de receção, atendendo-se neste caso, à data do registo, ou entregue pessoalmente na Subunidade de Recursos Humanos até ao termo do prazo fixado no n.º 2;

9.1 O requerimento de candidatura deverá ser acompanhado, da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae devidamente datado e assinado;
- b) Certificado comprovativo da habilitação literária ou académica mais recente e habilitações complementares ou profissionais - outros cursos adquiridos;
- c) Declaração comprovativa onde conste o tempo de serviço na categoria, grau e nível, e a classificação de serviço obtida nos últimos oito anos com a respetiva pontuação.
- d) Fotocópias dos certificados das ações de formação profissional em que participou e sua duração.

9.2 Dado o âmbito do concurso fica dispensada a entrega de documentos comprovativos pelos candidatos, quando estes já se encontrem arquivados no respetivo processo individual, desde que o refiram no requerimento e/ou curriculum vitae apresentado.

10. Método de seleção: Será utilizado o método de Avaliação Curricular, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, expressa numa escala de 0 a 20 valores, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples ou ponderada das classificações dos fatores a avaliar, sendo obrigatoriamente



considerados e ponderados as seguintes elementos conforme definido nos números 2 e 4 do art.º 22, respetivamente:

- a) Habilitação Académica
- b) Formação Profissional
- c) Experiência Profissional
- d) Classificação de serviço / Avaliação de desempenho

11. A classificação final será a correspondente à classificação obtida no método de seleção – Avaliação Curricular, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

11.1 Nos termos da alínea g) do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, a ficha com os critérios de apreciação e ponderação da validação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam da Ata da primeira reunião do Júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que necessário.

11.2 A lista dos candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação e ordenação final será afixada no placar do Edifício dos Paços do Concelho e na página eletrónica do Município, sendo a notificação dos candidatos realizada nos termos dos artigos 33.º a 40.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

12. O Júri será constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Rui Carneiro, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico e Promoção Turística Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste

Vogais efetivos: Vítor Manuel Neto Freire, Especialista de Informática Grau 2, nível 1 da Câmara Municipal de Óbidos, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e João Francisco Teixeira Alves, Chefe de Divisão de Ordenamento do Território da Câmara Municipal do Cadaval

Vogais Suplentes: Paula Sofia Matias Franco, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Estratégico e Ana Maria Barata Leandro, Chefe de Divisão de Administração Geral, ambas da Câmara Municipal do Cadaval.

13. Foi previamente consultada a entidade gestora da Requalificação da Comunidade Intermunicipal do Oeste - EGRA OesteCIM, conforme solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, de 15 de julho de 2014, tendo declarado à data de 27/11/2018, a inexistência de pessoal da carreira de Especialista de informática do Grau 2 - nível 1, em situação de requalificação.



14. Foi efetuada consulta prévia ao INA, sendo declarado à data de 4/12/2018, a inexistência em reserva de recrutamento centralizado, de qualquer candidato na carreira/categoria de Especialista de informática do Grau 2 - nível 1.
15. Em cumprimento da alínea h), do artigo 9.º, da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homem e mulher no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
16. No âmbito do presente concurso, dá-se cumprimento ao estabelecido no n.º 3, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, no que respeita ao sistema de quotas de emprego para pessoas deficientes com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, sendo que o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Cadaval, 18 de julho de 2019

O Presidente da Câmara,

(José Bernardo Nunes, Dr.)